



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil
Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil**

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

30 de Junho de 2024

Índice das Demonstrações Financeiras

| | Página |
|---|---------------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos Auditores Independentes | 5 |
| Demonstrações Financeiras | |
| Balanços Patrimoniais | 8 |
| Demonstrações dos Resultados | 9 |
| Demonstrações dos Resultados Abrangentes | 10 |
| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | 11 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto | 12 |
| Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio | 13 |
| Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos | 14 |
| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras | 15 |

Relatório da Administração

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 30 de Junho de 2024 a empresa administrava 48 grupos de consórcios (40 grupos em 30 de Junho de 2023) com uma base de clientes ativos de 27.644 consorciados (22.175 consorciados ativos em 30 de Junho de 2023) e 9.559 bens entregues (14.284 de bens entregues em 30 de Junho de 2023).

Eventos Societários

Em 1º de julho de 2024, em reunião de diretoria foi aprovada política de educação financeira da sociedade, e indicação do diretor de risco como responsável pelo cumprimento das obrigações tratadas na resolução nº8/2023.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$19.286 Mil em 30 de Junho de 2024, apresentando aumento de 3,75% em relação a R\$18.589 Mil em 31 de dezembro de 2023. O lucro líquido apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R\$697 Mil (30/06/2023 - R\$2.087 Mil).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R\$91.190 Mil (31/12/2023 – R\$63.486 Mil). Deste montante destacamos R\$ 65.022 Mil que correspondem as despesas de comissões pagas antecipadamente, a serem diferidas no prazo dos contratos

Em 30 de Junho de 2024, o exigível total atingiu R\$ 71.904 Mil (31/12/2023 – R\$ 44.897 Mil), deste montante destacamos R\$ 10.175 Mil de empréstimos para expansão das atividades junto a administradora.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria foram divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador RCI Banque.

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 28 de Agosto de 2024.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

Santana de Parnaíba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2024 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2024 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

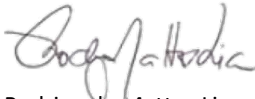
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2024 e em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | Notas Explicativas | 2024 | 2023 |
|---|-----------------------|---------------|---------------|
| Ativo Circulante | | 20.774 | 15.795 |
| Disponibilidades | | 447 | 2.994 |
| Aplicações Financeiras de Liquidez | | 11 | 10 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4 | 11 | 11 |
| Livres | | 11 | 11 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 4.a | 11 | 11 |
| Outros Créditos | 5 | 20.305 | 12.779 |
| Rendas a Receber | | 3.213 | 3.015 |
| Outros Valores e Bens | 5.a | 16.824 | 8.611 |
| Diversos | | 268 | 1.153 |
| Realizável a Longo Prazo | | 70.094 | 47.370 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 4 | 7.936 | 4.711 |
| Livres | | 7.936 | 4.711 |
| Carteira Própria | 4.b | 7.936 | 4.711 |
| Outros Créditos | 5 | 55.343 | 42.659 |
| Outros Valores e Bens | 5.a | 53.389 | 40.829 |
| Diversos | | 1.954 | 1.830 |
| Crédito Tributário | 6 | 6.815 | - |
| Fiscais Diferidos | | 6.815 | - |
| Ativo Permanente | | 322 | 322 |
| Imobilizado de Uso | | 322 | 322 |
| Total do Ativo | | 91.190 | 63.486 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| | Notas Explicativas | 2024 | 2023 |
|--|-----------------------|---------------|---------------|
| Passivo Circulante | | 14.951 | 12.905 |
| Outras Obrigações | | 14.951 | 12.905 |
| Fiscais e Previdenciárias | | 1.117 | 698 |
| Diversas | 9 | 8.605 | 7.911 |
| Receita Antecipada | 8 | 5.229 | 4.296 |
| Exigível a Longo Prazo | | 56.953 | 31.992 |
| Emprestimos | 7 | 10.175 | - |
| Fiscais Diferidos | 6 (a) | 9.825 | 2.651 |
| Receita Antecipada | 8 | 33.990 | 27.136 |
| Diversas | 9 | 2.963 | 2.205 |
| Patrimônio Líquido | | 19.286 | 18.589 |
| Capital Social | 11.a | 7.270 | 7.270 |
| De Domiciliados no País | | 5 | 5 |
| De Domiciliados no Exterior | | 7.265 | 7.265 |
| Reserva de Lucro | 11.b | 12.016 | 11.319 |
| Reserva Legal | | 1.454 | 1.454 |
| Reserva Especial Lucros | | 10.562 | 9.865 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 91.190 | 63.486 |

Demonstrações de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | Notas Explicativas | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre |
|--|-----------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas da Intermediação Financeira | | 320 | 992 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | | 320 | 992 |
| Receita de Prestação de Serviços | | 26.724 | 19.918 |
| Rendas de taxa de administração de consórcios | 12 | 26.724 | 19.918 |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | | (25.988) | (16.310) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 13 | (24.134) | (19.285) |
| Despesas Tributárias | | (3.706) | (1.377) |
| Provisão Para Perdas Associadas ao Risco de Crédito | | (51) | (75) |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | 14 | 1.903 | 4.427 |
| Resultado antes da Tributação sobre Lucros | - | 1.056 | 4.600 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 6 (a) | (359) | (2.513) |
| Impostos Diferidos | | (359) | (2.513) |
| Resultado Líquido do Semestre | | 697 | 2.087 |
| Resultado Líquido por Ação - R\$ | | 0,10 | 0,29 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Resultado Líquido do Semestre | 697 | 2.087 |
| Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado | - | - |
| Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado | - | - |
| Total dos ajustes não incluídos no Lucro Líquido | - | - |
| Resultado Abrangente do Semestre | 697 | 2.087 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | Notas Explicativas | Capital social | Reserva Legal | Reserva de lucros | Lucro / Prejuízos acumulados | Total |
|---|-----------------------|----------------|---------------|-------------------|------------------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 11 | 7.270 | 1.454 | 9.969 | - | 18.693 |
| Resultado Líquido do Semestre | | - | - | - | 2.087 | 2.087 |
| Distribuição de dividendos | | - | - | (5.853) | - | (5.853) |
| Transferência para Reserva de Lucro | | - | - | 2.087 | (2.087) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2023 | 11 | 7.270 | 1.454 | 6.203 | - | 14.927 |
| Resultado Líquido do Semestre | | - | - | - | 3.662 | 3.662 |
| Transferência para Reserva de Lucro | | - | - | 3.662 | (3.662) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 11 | 7.270 | 1.454 | 9.865 | - | 18.589 |
| Resultado Líquido do Semestre | | - | - | - | 697 | 697 |
| Transferência para Reserva de Lucro | | - | - | 697 | (697) | - |
| Saldos em 30 de junho de 2024 | 11 | 7.270 | 1.454 | 10.562 | - | 19.286 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|----------------|
| | 1º semestre | 1º semestre |
| Lucro Líquido do Semestre | 697 | 2.087 |
| Ajuste ao lucro líquido do Semestre | 1.342 | 2.881 |
| Provisão Para Perdas Associadas ao Risco de Credito | 51 | 75 |
| Provisão para Riscos Cíveis, Obrigações Legais e Previdenciárias | 757 | 293 |
| Despesas Financeiras | 175 | - |
| Imposto de Renda e CSLL Diferidos | 359 | 2.513 |
| Variações de Ativos e Passivos | (14.585) | 1.921 |
| Aumento (Redução) em Títulos Valores Mobiliários | (3.225) | 9.695 |
| Redução (Aumento) em Outros créditos | (20.261) | (11.199) |
| Aumento (Redução) em Outras Obrigações | 8.901 | 3.443 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | - | (18) |
| Caixa Líquido Gerado (Consumido) | (12.546) | 6.889 |
| Pagamento de Dividendos | - | (5.853) |
| Empréstimos | 10.000 | - |
| Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento | 10.000 | (5.853) |
| Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades | (2.546) | 1.036 |
| Disponibilidades no Início do Semestre | 3.004 | 570 |
| Disponibilidades no Final do Semestre | 458 | 1.606 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | Notas Explicativas | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre | | Notas Explicativas | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre |
|---|-----------------------|------------------------|------------------------|--|-----------------------|------------------------|------------------------|
| Ativo Circulante e não Circulante | - | 277.048 | 238.684 | Passivo Circulante e não Circulante | - | 277.048 | 238.684 |
| Depósitos Bancários | | 8.032 | 2.084 | Obrigações com Consorciados | | 102.113 | 93.651 |
| Aplicações Financeiras | 17 | 97.741 | 84.315 | Valores a Repassar | | 13.121 | 11.076 |
| Disponibilidade dos Grupos | | 1.689 | 5.069 | Contemplações a Entregar | | 96.052 | 78.991 |
| Vinculado a Contemplações | | 96.052 | 78.991 | Recursos a Devolver a Consorciados | | 52.541 | 44.008 |
| Recursos dos Grupos em Formação | | - | 255 | Recursos dos Grupos | | 13.221 | 10.958 |
| Outros Créditos | | 171.266 | 152.276 | | | | |
| Bens Retomados ou Devolvidos | | 832 | 529 | | | | |
| Direitos Junto a Consorciados Contemplados | 18 | 170.434 | 151.747 | | | | |
| Diversos | | 9 | 9 | | | | |
| Compensação | - | 2.122.311 | 1.489.924 | Compensação | - | 2.122.311 | 1.489.924 |
| Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados | | 14.515 | 9.869 | Recursos Mensais a Receber de Consorciados | | 14.515 | 9.869 |
| Contribuições Devidas aos Grupos | | 1.097.309 | 775.367 | Obrigações dos Grupos por Contribuições | | 1.097.309 | 775.367 |
| Bens a Contemplar | | 1.010.487 | 704.689 | Bens a Contemplar | | 1.010.487 | 704.689 |
| Total do Ativo | | 2.399.359 | 1.728.608 | Total do Passivo | | 2.399.359 | 1.728.608 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

| | 2024 | 2023 |
|---|--------------------|--------------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Disponibilidades no Início do Semestre | 94.435 | 77.449 |
| Depósitos Bancários | 760 | 3.213 |
| Aplicações Financeiras | 93.675 | 74.236 |
| (+) Recursos Coletados | 147.723 | 111.859 |
| Contribuições para Aquisição de Bens | 105.566 | 77.476 |
| Taxa de Administração | 30.256 | 24.819 |
| Contribuições ao Fundo de Reserva | 2.267 | 2.123 |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 4.065 | 4.074 |
| Multas e Juros Moratórios | 724 | 427 |
| Prêmios de Seguros | 855 | 566 |
| Outros | 3.990 | 2.374 |
| (-) Recursos Utilizados | (136.385) | (102.909) |
| Aquisição de Bens | (93.367) | (68.464) |
| Taxa de Administração | (30.530) | (25.292) |
| Multas e Juros Moratórios | (359) | (237) |
| Prêmios de Seguros | (837) | (571) |
| Devoluções a Consorciados Desligados | (3.360) | (2.458) |
| Outros | (7.932) | (5.887) |
| Disponibilidades no Final do Semestre | 105.773 | 86.399 |
| Depósitos Bancários | 8.032 | 2.084 |
| Aplicações Financeiras | 97.741 | 84.315 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. ("Administradora") é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras da Administradora foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade da Empresa de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2024.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio ativos são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

Principais normativos aplicados em períodos futuros:

- **Instrução Normativa BCB nº 464 de 11 de Abril de 2024**, Esclarece os critérios a serem observados na estimação dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023.. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025
- **Resolução BCB nº 362, de 14 de Dezembro de 2023**, Altera a Resolução BCB nº 285, de 19 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024, quanto ao art. 2º, inciso I; e na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.
- **Resolução BCB nº 390, de 12 de Junho de 2024**, Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – Cosif pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, caput, incisos II e

III. em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos, em 1º de janeiro de 2030, no que se refere: a) ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021; b) ao art. 2º, caput, inciso I, alínea “a”.

- **Resolução BCB nº 391, de 12 de Junho de 2024**, Altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 28 de Agosto de 2024.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

b. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcios, é reconhecida como receita pelo regime de competência. O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foi adotado em cumprimento da Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes.

A despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada diferida ao prazo do contrato do cotista. A Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento desta despesa. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

1. Títulos para negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
2. Títulos disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não

realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

3. Títulos mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Empresa tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BCB nº 3.068/01.

A Administração da Administradora mantém os recursos próprios aplicados em títulos mantidos até o vencimento em letras de câmbio (LC).

Os recursos de grupos encerrados são aplicados em títulos mantidos para o vencimento em letras financeiras do tesouro (LFT) os quais são reconhecidos em contas de compensação conforme a Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021.

e. Despesas Antecipadas

São contabilizadas os recursos de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de consórcios.

f. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

g. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administradora, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

h. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Instrução Normativa BCB nº 319 de 04 de novembro de 2022, revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010. Assim sendo, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 9/2020, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para as administradoras de consórcio.

- Provisões para contingências: as provisões para contingências são reconhecidas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, bem como a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: classificados como de perda possível, não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas. Os casos classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

j. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

| Tributos | Alíquotas |
|--|------------------|
| Imposto de Renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%) | 25,00% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | 9,00% |
| PIS/Pasep | 1,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins | 7,60% |
| PIS/Pasep (sobre Receitas Financeiras) | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (sobre receitas financeiras) | 4,00% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | 2,00% |

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos (vide nota explicativa 6) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução BCB n.º 15 de 17 de setembro de 2020, e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

k. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

l. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos cotistas, proporcionalmente às respectivas cotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

m. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB n.º 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do período aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no semestre findo em 30 de Junho de 2024 no montante de R\$ 697 (Mil), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| | 1º semestre | 1º semestre |
| Resultado Líquido do Semestre | 697 | 2.087 |

3.2 Dos grupos de consórcio

a. Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------|--------------|
| Circulante | | |
| Letras Financeiras do Tesouro (a) | 11 | 11 |
| Realizável Longo Prazo | | |
| Carteira Própria - Letras Cambiais (b) | 7.936 | 4.711 |
| Total | 7.947 | 4.722 |

- (a) São compostas por letras financeiras do tesouro, correspondentes aos recursos de grupos encerrados. Possuem data de emissão em 01 de setembro de 2023 com prazo de vencimento para 01 de setembro de 2024, classificadas como mantidas até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.
- (b) São constituídas por títulos cambiais de liquidação imediata, realizados com partes relacionadas (vide nota explicativa 15) pactuados com taxas pós-fixadas e em condições normais praticadas de mercado. Possuem data de emissão entre 08 de maio de 2024 e 28 de junho de 2024, e prazo de vencimento em maio de 2026 e agosto de 2026, classificados como mantidos até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5 Outros créditos

| | 2024 | 2023 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Rendas a Receber | 3.213 | 3.015 |
| Taxa de Administração (a) | 3.153 | 2.983 |
| Outras Rendas a Receber | 60 | 32 |
| Outros Valores e bens (b) | 70.213 | 49.440 |
| Diversos | 2.222 | 2.983 |
| Impostos a Compensar | 1.484 | 1.360 |
| Outros Créditos | 738 | 1.623 |
| Total | 75.648 | 55.438 |
| Circulante | 20.305 | 12.779 |
| Realizável a longo prazo | 55.343 | 42.659 |

- (a) Refere-se a taxa de administração dos grupos de consórcios e reconhecida como receita na competência por ocasião da satisfação da obrigação de performance conforme o CPC 47, aguardando recebimento dos clientes ou repasse dos grupos de consórcios para a administradora
- (b) Referem-se as comissões a diferir no prazo do contrato do consorciado em cumprimento a Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021.

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

| | 2024 | 2023 |
|---|----------------|----------------|
| | 1º semestre | 1º semestre |
| Resultado antes da Tributação sobre Lucros | 1.055 | 4.600 |
| Adições (a) | 49.173 | 3.843 |
| Exclusões (b) | (59.002) | (11.234) |
| Lucro Contábil / Prejuízo Fiscal | (8.774) | (2.792) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (3.010) | (1.253) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido | (3.010) | (1.253) |
| IRPJ/CSLL sobre Diferenças Temporárias | (6.833) | (2.202) |
| IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal | 3.823 | 949 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente | - | - |

(a) Referem-se a provisões e despesas não dedutíveis.

(b) Contemplam as reversões de provisões e receitas não tributáveis.

Em 30 de junho de 2024, a Administradora reconheceu saldo de prejuízo fiscal equivalente a R\$ 11.244 (R\$ 2.470 em 31 de dezembro de 2023).

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 2.992 em 30 de junho de 2024 (R\$ 2.642 em 31 de dezembro de 2023), bem como passivo fiscal diferido no montante de R\$ 9.825 (R\$ 6.133 em 31 de dezembro de 2023).

Totalizando um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 3.010 em 30 de junho de 2024 (R\$ 2.651 em 31 de dezembro de 2023).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do período antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

| | 30/06/2024 | Origens 31/12/2023 | Saldos em 31/12/2023 | Constituição | Realização | Saldos em 30/06/2024 |
|--|-----------------|-----------------------|-------------------------|---------------|-----------------|-------------------------|
| Provisão para Serviços de Consórcio | 5.657 | 5.390 | 1.833 | 1.955 | (1.865) | 1.923 |
| Provisão para Contingências | 2.939 | 2.182 | 742 | 479 | (222) | 999 |
| Outros | 206 | 198 | 67 | 24 | (21) | 70 |
| Efeito CPC 47 | (28.898) | (18.037) | (6.133) | 14.260 | (17.953) | (9.825) |
| Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias | (20.096) | (10.267) | (3.491) | 16.719 | (20.061) | (6.833) |
| Prejuízos Fiscais | 11.244 | 2.470 | 840 | 2.983 | - | 3.823 |
| Total dos Ativos Fiscais Diferidos | | | (2.651) | 19.702 | (20.061) | (3.010) |
| Ativo Fiscal Diferido | | | 3.482 | 5.442 | (2.108) | 6.815 |
| Passivo Fiscal Diferido | | | (6.133) | 14.260 | (17.953) | (9.825) |
| (+) Créditos Tributários / (-) Fiscais Diferidos | | | (2.651) | 19.702 | (20.061) | (3.010) |

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de Junho de 2024, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

| Ano | Diferenças Temporárias | | Prejuízo Fiscal | | Total Valor Presente |
|-----------------|------------------------------------|-------------------|------------------------------------|----------------|----------------------------|
| | Realização Créditos Tributários | Valor Presente | Realização Créditos Tributários | Valor Presente | |
| | 30/06/2024 | | | | |
| 2024 | 1.934 | 1.750 | - | - | 1.750 |
| 2025 - 2028 | 1.059 | 958 | (323) | (292) | 666 |
| Acima de 5 Anos | - | - | 4.146 | 3.752 | 3.752 |
| Total | 2.993 | 2.708 | 3.823 | 3.460 | 6.168 |

O valor presente fora calculado mediante estimativa da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2024 correspondente a 10,50%.

7 Empréstimos

| | 30/06/2024 | 30/06/2023 |
|--|---------------|------------|
| Movimentação Empréstimo entre partes relacionadas | | |
| Novas captações | 10.000 | - |
| Juros Incorridos | 175 | - |
| Saldo final | 10.175 | - |

Com o objetivo de captar recursos para a expansão das atividades, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. recebeu recursos da Corretora de Seguros RCI Brasil, indicados como empréstimos com partes relacionadas, via contrato de mútuo.

Em 30 de junho de 2024 a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. não apresenta descumprimentos em relação as condições previstas do referido contrato. De acordo com os termos, não existem cláusulas contratuais restritivas (covenants) estabelecidas.

8 CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

Os valores referem-se a receita recebida antecipadamente a ser diferida ao resultado pelo regime de competência, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

| | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre |
|--------------------|---------------------|---------------------|
| Receita Antecipada | 39.219 | 31.432 |

9 Outras obrigações - Diversas

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Recursos a Devolver a Consorciados (a) | 3 | 3 |
| Credores Diversos - País (b) | 1.645 | 1.966 |
| Provisão para Riscos Cíveis (Nota Explicativa nº 9) | 2.939 | 2.182 |
| Provisão para Comissões (c) | 127 | 336 |
| Provisão para Serviços de Terceiros (d) | 5.657 | 5.390 |
| Outros (e) | 1.197 | 239 |
| Total | 11.568 | 10.116 |
| Circulante | 8.605 | 7.911 |
| Exigível a Longo Prazo | 2.963 | 2.205 |

- (a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156. Os Recursos Não Procurados Totais para o semestre de 30 de junho de 2024 equivale a R\$ 2.541 Mil (31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 1.486 Mil), tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.
- (b) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar.
- (c) Representam provisões com comissões pendentes de emissão de notas fiscais.
- (d) Representam provisões para terceirização de administração de grupos de consórcios.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas, credores diversos exterior, provisões sobre salários e auditoria externa.

10 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 30 de Junho de 2024, a Administradora constituiu provisão para demandas judiciais, a qual apresentou a seguinte movimentação no primeiro semestre de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

| | 2024 | | | 2023 | | |
|----------------------|--------------|-------------|----------|--------------|-------------|----------|
| | 1º Semestre | | | Exercício | | |
| | Cível | Trabalhista | Fiscal | Cível | Trabalhista | Fiscal |
| Saldo Inicial | 1.827 | 355 | 0 | 1.492 | 2 | 0 |
| Constituição | 1.204 | 205 | 0 | 1.544 | 353 | - |
| Reversão | (622) | (31) | - | (1.209) | - | - |
| Saldo Final | 2.409 | 529 | 0 | 1.827 | 355 | 0 |
| Quantidade | 109 | 8 | 0 | 86 | 6 | - |

A Administradora possui em 30 de Junho de 2024, outras 215 ações cíveis (185 em 2023) e 08 trabalhistas (01 em 2023), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 4.626 (R\$ 4.390 em 2023) e R\$ 324 (R\$ 76 em 2023), respectivamente.

11 Capital social

a. Capital social

No semestre findo 30 de junho de 2024 e no exercício findo 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No semestre de 30 de junho de 2024, a Administradora constituiu lucros no valor de R\$ 697 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 10.562.

A Administradora não destinou recursos para a rubrica contábil reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite permitido de 20% sobre o capital social compreendido a R\$ 1.454.

12 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| | 1º semestre | 1º semestre |
| Taxa de Administração | 26.724 | 19.619 |
| Taxa de Permanência | 333 | 299 |
| Receita de Prestação de Serviços | 27.057 | 19.918 |

- (a) A taxa de administração é arrecadada junto aos participantes dos grupos de consórcio por ocasião do recebimento das parcelas, sendo que a receita é reconhecida conforme o CPC 47, de forma linear ao longo dos prazos dos contratos, a medida da satisfação da obrigação de performance de transferência do serviço de administração dos grupos de consórcios.

- (b) A receita de taxa de permanência é reconhecida e cobrada de forma constante sobre os saldos dos recursos não procurados dos grupos de consórcios encerrados e mantidos sob administração da Empresa.

13 Despesas gerais e administrativas

| | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Despesas com Comissões (a) | (14.498) | (6.741) |
| Despesas de Serviços Técnicos (b) | (6.361) | (9.521) |
| Propaganda e Publicidade | (584) | (386) |
| Serviços Administrativos | (957) | (1.353) |
| Despesas com Pessoal | (235) | (179) |
| Outras Despesas Administrativas (c) | (1.499) | (1.105) |
| Total | (24.134) | (19.285) |

- (a) Representam as despesas com comissões de representantes de vendas.
- (b) Representados por despesas com terceirização de consórcios, despesas com informática, auditoria externa, despesas com gravames, assessoria e consultoria.
- (c) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, processamento de dados e despesas legais e judiciais.

14 Outras receitas (despesas) operacionais

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------|--------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a) | (266) | 2.572 |
| Reversão Comissões Pendentes (b) | 2.882 | - |
| Reversão de Provisão de Comissão (c) | - | 1.920 |
| Resultado de Variações Monetárias | 58 | 105 |
| Resultado de Provisão para passivos contingentes (nota explicativa nº 9) | (757) | (293) |
| Multa/Juros Impostos, Contribuições | (1) | (16) |
| Resultado com Grupos de Consórcio | 22 | 78 |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | (35) | (14) |
| Total | 1.903 | 4.352 |

- (a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.
- (b) Representa o resultado de provisão de comissões destinada a representantes de vendas, frente aos pagamentos efetuados no período.
- (c) Representa a reversão de provisão de comissões de período anterior, realizada na receita conforme orientação do plano de contas, Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF.

15 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Banque.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., reconheceu os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

| | Ativo/Passivo | | Receita/Despesa | |
|--|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|
| | 2024 1º Semestre | 2023 Exercício | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre |
| Títulos e Valores Mobiliários | 7.936 | 4.711 | 320 | 992 |
| Banco RCI Brasil S.A. | 7.936 | 4.711 | 320 | 992 |
| Diversos | 49 | 751 | - | - |
| RCI Banque S.A. | 49 | 751 | - | - |
| Outras Obrigações - Diversas | 1.050 | 151 | (1.109) | (1.682) |
| Banco RCI Brasil S.A. (a) | 22 | 24 | (280) | (349) |
| DIAC S.A. (b) | 219 | 127 | (36) | (142) |
| RCI Banque S.A. (c) | 810 | - | (793) | (1.191) |
| Empréstimos com partes relacionadas | 10.175 | - | (175) | - |
| Vencimento entre 1 e 2 anos | 10.175 | - | (175) | - |

- (a) Despesas de consultoria destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora.

16 Grupos de consórcio em andamento

Os controles contábeis dos grupos de consórcio ativos são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, são compostos apenas pelo segmento 3 – veículos automotores, estão demonstrados no quadro abaixo:

| | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Grupos Administrados | 48 | 40 |
| Consoiciados Ativos | 27.644 | 22.175 |
| Bens Entregues no Semestre | 1.519 | 1.172 |
| Bens Entregues Totais | 9.559 | 14.284 |
| Bens Pendentes de Entrega | 1.825 | 1.599 |
| Desistentes e Excluídos Totais | 66.304 | 52.551 |
| Desistentes e Excluídos no Semestre | 8.867 | 5.637 |
| Taxa de Inadimplência | 6,00% | 6,17% |

Valores expressos em quantidades, exceto pela taxa de inadimplência a qual está em percentual (%).

17 Aplicações financeiras - Grupos

| | 2024 1º Semestre | 2023 1º Semestre |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Cotas de Fundo de Investimento - DI | 97.741 | 84.315 |
| Total | 97.741 | 84.315 |

Cotas de fundo de investimento - DI, com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

18 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

| | 2024 | 2023 |
|----------------------|----------------|----------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Curso Normal | 158.777 | 146.013 |
| Em Atraso | 4.701 | 3.129 |
| Em Cobrança Judicial | 6.956 | 2.605 |
| Total | 170.434 | 151.747 |

19 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

20 Outras Informações

a) Plano de Implementação CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A Administradora elaborou o plano de implementação da regulamentação contábil do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, exigido por meio do art. 67, inciso II da Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022, o referido plano está segregado em três pilares:

- (I) Organização e Governança: Reuniões compostas por diversos níveis hierárquicos das áreas envolvidas, dedicados a definição e acompanhamento da implementação.
- (II) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF; e
- (III) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis a cerca dos instrumentos financeiros.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para a implementação total em 2025. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

* * *

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luis Medina Del Rio

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Carlos Alberto Janz Junior

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima
CRC 1SP 155421/O-0